



crescia diante das dificuldades por ser da classe mais baixa, em um país tão desigual. Racismo e o sexismo eram nomes estranhos, mas com certeza já marcavam a sua história.

Assim, partimos da obra da intelectual, professora, historiadora e ativista dos direitos das mulheres negras, Beatriz Nascimento, que produz ativamente entre as décadas de 1970 até 1990. O primeiro contato com sua obra nos causa uma inquietação: por que sua produção é tão pouco conhecida no âmbito acadêmico? Por que não usamos sua produção historiográfica ao estudar a historiografia e a história do Brasil?

Nós estudantes negros (as) de História, assim como de outras disciplinas acadêmicas, sentimos o desconforto da representação da população negra, uma visão que parece muitas vezes ser do ponto de vista colonial, da casa grande, por isso relato aqui a minha inquietação maior: Beatriz Nascimento não ser discutida em uma disciplina de metodologia ou Introdução à História. Essas inquietações e desconfortos acompanham estudantes ao longo das graduações em História nas universidades brasileiras, pois estamos diante da invisibilização de produções de autoras(e) negras(o).

Uma mulher negra que se torna pesquisadora e elabora um pensamento próprio nos parâmetros acadêmicos, inspirada da vida extra-muros da universidade como o fazia Beatriz Nascimento, rompe com esse processo de invisibilidade no espaço acadêmico. Uma mulher negra pesquisadora jamais é imperceptível no campus, mas talvez o seja nesse campo enquanto autora. (RATTS, 2006, p. 29)

Essa marginalização do pensamento de Beatriz Nascimento se revela, por exemplo, ao termos apenas três livros com seus escritos. Em 2006 foi publicado “Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento”, livro no qual encontramos alguns artigos da autora e a sua biografia escrita por Alex Ratts. De 2015 é a obra “Todas (as) distâncias: poemas, aforismos, e ensaios de Beatriz Nascimento”, organizada por Alex Ratts e Bethânia Gomes. A obra mais recente, publicada em 2018, intitula-se “Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição”, organizada pela União dos

Coletivos Pan-Africanistas, até então a obra mais completa que temos sobre a autora, pois reúne artigos, escritos para revistas, entrevistas, poesias, entre outras coisas. Consideramos importante destacar, nesta breve genealogia das obras de Beatriz Nascimento, que as publicações sobre a autora são, sobretudo, fruto do engajamento de militantes e ativistas.

Nosso objetivo neste artigo é refletir sobre a escrita da História do negro, sobre a possibilidade de realizar uma produção historiográfica que realmente nos represente. Para tanto, vamos abordar a escrita de Beatriz Nascimento e, na sequência, analisar o conceito do quilombo na obra da autora, que implica na herança histórica de aglutinação e liberdade do negro.

### **Historiografia de Beatriz Nascimento**

A historiografia de Beatriz Nascimento parte de sua História viva para compreender a continuidade histórica do negro no Brasil, fundamentada em um elemento muito potente: “eu sou preta, penso e sinto assim” (NASCIMENTO, 1974, p. 94). Esta é uma proposta metodológica original que possibilita uma escrita da História, em que a mulher e o homem negro sejam tratados como seres humanos.

A escrita da historiadora tenciona a historiografia acadêmica hegemônica de tradição europeia, em que geralmente o historiador comporta-se como um narrador na terceira pessoa, e assegura que está analisando tudo de forma objetiva, imparcial e distante. Portanto, a escrita em primeira pessoa é uma tomada de posição, um enfrentamento, que permite à Beatriz Nascimento problematizar o lugar do sujeito negro na produção historiográfica do período, vistos como escravos coisificados e vencidos.

E quando cheguei à universidade, a coisa que mais me chocava era o eterno estudo, quando se referia ao negro, sobre o escravo, como se durante todo o tempo da História do Brasil nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra para a fazenda, para a mineração (NASCIMENTO, 1977, p. 127)

Entender a existência histórica dos (as) negros (as) no Brasil somente como escravizado é, no mínimo, anacrônico, já que o negro existiu em outras condições sociais, legais e não legais no período do escravismo colonial. A partir de Nascimento (1974a, 1974b) podemos entender que esta visão é um produto ideológico do racismo de nosso presente que reflete nos estudos sobre o negro de forma geral.

(...) o preto diante da História do Brasil se sente o eterno escravo, o eternamente vencido, incapaz de reagir diante da situação que foi colocado aqui no Brasil. Mas isso é uma deformação total que a historiografia procura trazer e que já não corresponde mais a situação de classe baixa que o negro brasileiro geralmente está, de falta de instrução, de falta de condições econômicas, mas que está basicamente estruturado dentro de um arcabouço ideológico de grandes implicações.” (NASCIMENTO, 1977, p. 128)

Se ainda hoje é negada a participação do(a) negro(a) na História do Brasil, e justamente esta população continua com os piores índices econômicos e sociais da sociedade, comprova-se a existência de um interesse ideológico nesta situação, nossos problemas não podem ser justificados apenas porque somos descendentes de africanos escravizados. O historiador Joel Rufino Santos (2016) também entende que “o motor da desigualdade racial brasileira está no presente e não no passado escravista, como geralmente se pensa” (p. 12).

Beatriz Nascimento critica a escrita dos intelectuais brancos que não tratam o negro(a) como sujeito da História, pois estudar o escravismo colonial não é a mesma coisa que entender o negro. Fundamentada no fato de estarmos vivos, Beatriz questiona a representação e o tratamento do negro(a) como escravizado(a). Sabendo que nem na época da escravização existimos exclusivamente nesta condição, a intelectual entende que a recusa em estudar seriamente o negro seria provocada pelo desleixo dos estudiosos.

O branco brasileiro de um modo geral, e o intelectual em particular, recusam-se a abordar as discussões sobre o negro do ponto de vista da raça. Abominam a realidade racial por comodismo, medo, ou mesmo racismo. Assim perpetuam teorias sem nenhuma ligação com nossa realidade racial. Mais

grave ainda, criam novas teorias mistificadoras, distanciadas desta mesma realidade. (NASCIMENTO, 1974a, p. 95)

É essencial entendermos nossa posição diante do conceito de raça. Temos como ponto de partida problemáticas históricas da nossa atualidade, sabemos que “a construção baseada em traços fisionômicos, de fenótipo ou de genótipo, é algo que não tem o menor respaldo científico.” (GUIMARÃES, 2003, p. 96). Entretanto, ressaltamos a importância do eixo de análise raça, para entender porque o escravizado de origens africanas é “tratado como o ser sem cultura, incivilizado, ser bruto do trabalho braçal. O escravizado não é tratado na história do Brasil como um ser pensante, com características humanas, como sujeito de uma história social.” (CUNHA, 2005, p.1).

A solução não pode ser abolir o conceito raça, mas historicizar esse conceito, evidenciar a racialização da sociedade brasileira, que constitui a identidade do sujeito negro, mas também a identidade do sujeito lido como branco, que também é racializado. A nossa questão motivadora é o questionamento das leituras e interpretações históricas fundamentadas somente em perspectivas eurocêntricas, etnocêntricas. Não podemos confundir a história do Brasil ou a História da América Latina com a “crônica patriótica da vitória dos europeus sobre os povos americanos e africanos.” (SANTOS, 2013, p.23)

Beatriz Nascimento identifica a relação entre a formação da nação brasileira e a ideologia do racismo, e por isso, fundamentalmente “é da parte do negro que se necessita esclarecer todo o produto ideológico de quatro séculos de inexistência dentro de uma sociedade da qual participou em todos os níveis.” (NASCIMENTO, 2007b, p. 101).

A intelectual conta que como uma jovem negra do século XX que convive com outros negros de sua época, sente a sua História cortada e não consegue localizar este corte, que é sentido muito cedo. (NASCIMENTO, 1977, p. 127) Por isso reconhece a existência de um lapso do conhecimento histórico dos brasileiros em relação ao seu passado, esse hiato histórico que configura “uma ruptura dos negros com o seu passado, agravando o desconhecimento da sua condição hodierna.” (NASCIMENTO, 1976, p. 68).

Nós, negros (as), somos sujeitos da história, sempre apresentamos uma ação e ao contrário do que certos sociólogos, historiadores e antropólogos pregavam, não fomos coisificados (as). A negra e o negro se reinventaram e continuam fazendo isso até hoje a fim de existir e resistir, “(...) a história do Brasil é recheada de deflagrações negras, revoltas escravas, rebeldias individuais ou coletivas”. (ROSA, 2013, p.61).

Beatriz Nascimento entende que “a história da raça negra ainda está por fazer, dentro de uma História do Brasil ainda a ser feita”. (NASCIMENTO, 2007, p. 97).

### **A História não resolvida**

Beatriz Nascimento (1974a) em seu artigo “por uma história do homem negro” aponta as condições de conhecimento (epistemologia) para escrever a História do negro e do Brasil. A historiadora, ao confrontar uma nova forma de mistificação racial, em que um intelectual branco, loiro e burguês afirma ser mais preto do que ela, por ter estudado a religião afro-brasileira por alguns anos, questiona “o que é que eu sou?” (NASCIMENTO, 1974a, p. 95). A autora reconhece a sutileza desta forma de preconceito racial, e tem dificuldade de classificá-la, mas sabe que diante das inúmeras formas agressivas e sutis que já sofreu na rua, na escola, no trabalho, e em situações familiares, esta foi a mais violenta.

A partir do incômodo da afirmação do intelectual branco, Nascimento (1974a) entende a necessidade de assumirmos nossos complexos enquanto negros, “quando um branco quer retirar minha identidade física, único dado real da minha História viva no Brasil – só me resta o que está dentro de mim, só me resta assumir o meu complexo não resolvido.” (p. 98- 99).

A escrita histórica de Beatriz Nascimento (2007a) parte da necessidade de assumirmos complexos para escrever a História do negro no Brasil. Nascimento (2007b) percebe que precisamos tentar “compreender e expor as características do preconceito racial no nosso comportamento, na nossa maneira de ser, de como ele se reflete em nós.” (p. 101).

A autora realiza algumas reflexões de como podemos escrever nossa História viva, propondo a construção de uma nova perspectiva nesse campo de estudo pelos próprios negros, “não se estuda, no negro que está vivendo, a História vivida. Somos a História Viva do Preto, não números.” (NASCIMENTO, 1974a, p. 97).

Compreende também que o negro brasileiro tem características próprias e humanas, e sua História não pode ser confundida com a trajetória de outros grupos racializados. “Só assim poderemos nos entender e fazer-nos aceitar como somos, antes de mais nada pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou africanos, pois nossa História é outra como é outra nossa problemática”. (NASCIMENTO, 1974a, p. 97)

Lélia Gonzales (1984) intelectual negra contemporânea de Beatriz vai discorrer sobre a importância de falar, rompendo com a tutela, ao assumir a nossa fala própria.

E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. (GONZALES, 1984, p. 225)

Beatriz Nascimento e Lélia Gonzales assumem posturas acadêmicas e políticas contra o paternalismo intelectual, acreditamos que este é o princípio de uma História que busca romper com complexos, uma História mais honesta e humana.

Não aceito mais nenhuma forma de paternalismo, especialmente intelectual. Como o jovem branco, eu adquiri instrumentos para o meu conhecimento/ através do estudo da História, na qual acredito totalmente. São instrumentos adquiridos na cultura branca ocidental, portanto nada deixo a dever a ele. (NASCIMENTO, 1974a, p. 98)

Para deixarmos a condição na “consciência nacional” de objetos de estudos, congelados historicamente no tempo, evidenciamos sua proposta de

metodologia na qual nós possamos ser sujeitos de nossa história, sermos humanizado, entendidos como participantes da formação brasileira, para além de “contribuidores” ou vítimas, e para isso é fundamental entendermos a interiorização do racismo em nós negros (NASCIMENTO, 1974b).

Os textos publicizados de Beatriz Nascimento, entre os anos de 1974 e 1990, nos permitem delinear vários aspectos de seu pensamento a respeito do racismo, especialmente sobre as formas praticadas na sociedade brasileira contra a população negra. De início, o que ela denomina de “um emaranhado de sutilezas” pode ser uma trama de fios finos e complexos, mas astuciosos. Quer dizer, tratado como velado ou mesmo inexistente, o racismo no Brasil se mostra como uma sofisticada rede de pensamentos e ações, que varia para determinados contextos. Multifacetado em sua existência é um fenômeno que merece análises e possibilidades de reação multidimensionais. (RATTS, 2006, p. 47)

Embora o racismo seja um tema que Beatriz Nascimento debruçou profundamente para compreender, sendo que não tem como falar sobre sua produção sem fazer algumas considerações sobre o assunto, nosso objetivo aqui é apontar condições para a escrita da História presente do negro (a) no Brasil, e para Nascimento (2007a) somente é possível “buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os enganando” (NASCIMENTO, 2007a, p. 97). A história deve ser escrita por nós negros, porque nós somos a história viva, pensamos e sentimos.

Só o levantamento histórico da vivência do negro no Brasil levada a efeito pelos seus descendentes, isto é, os que atualmente vivenciam na prática a herança existencial, poderá erradicar o complexo existente nele, e assim como o preconceito racial por parte do branco. (NASCIMENTO, 2007b, p. 102)

E na medida em que conseguimos desmistificar, à luz da história, nossas frustrações, vamos poder nos entender que temos sim uma história particular na qual somos atuantes. E, o mais importante, nos aceitar como somos, pretos brasileiros.

### **O conceito de Quilombo na obra de Beatriz Nascimento**

Neste tópico dialogamos com as obras de Beatriz Nascimento originalmente escritas entre 1976 e 1994, duas décadas em que a historiadora acumulou vasta produção historiográfica, sendo o quilombo um dos principais temas aos quais dedicou suas investigações históricas. Uma de suas inquietações a respeito do tema era entender a relação entre o passado e o presente dos agrupamentos negros denominados quilombos, preocupando-se fundamentalmente com a continuidade histórica dos negros (as) no Brasil.

O objetivo desta reflexão não é esgotar a discussão sobre quilombos ou sobre a produção de Beatriz Nascimento, e a definição do recorte demonstra nossa escolha política diante do tema. Nos interessa refletir sobre o quilombo do século XX, ao qual Beatriz se refere como doutrinário, ideológico, evidenciando a capacidade de homens agruparem e serem atuantes, ou seja, a recuperação desta condição histórica de humanidade alijada dos negros. Nossa preocupação se volta ao modo como o quilombo configura o humanismo, este rejeitado pelo colonialismo, e sua continuidade histórica no século XX.

Para tanto, vamos falar um pouco do quilombo histórico no escravismo, e de algumas debilidades de interpretação de uma historiografia ainda preconceituosa. Após, evidenciaremos outra face deste agrupamento, a “paz quilombola.”. E finalizamos pensando no quilombo em nossa atualidade.

A população negra tem uma herança histórica de liberdade e aglutinação dentro do Brasil, tanto que incomoda a ordem e dá medo. O quilombo está no universo simbólico dos negros, seu “caráter libertário é considerado um impulsionador ideológico na tentativa de afirmação racial e cultural do grupo” (NASCIMENTO, 1981a, p. 211).

### **Historiografia e Quilombo**

A dificuldade metodológica e interpretativa ao estudar quilombo resultou em muitos equívocos. De acordo com Beatriz, o quilombo “se forma mais na necessidade humana de se organizar de uma forma específica que não aquela arbitrariamente estabelecida pelo colonizador” (NASCIMENTO, 1976, p.

70). O colonialismo provocou a desagregação do negro como ser humano; cultura e sociedade, mas o processo de aglutinação é a essência do quilombo. (NASCIMENTO, 1977).

A ordem oficial, repressão, é que chamou isso de quilombo, que é um nome negro e que significa união. Então, no momento em que o negro se unifica, se agrega, ele está sempre formando um quilombo, está eternamente formando um quilombo, o nome em africano é união (NASCIMENTO, 1977, p. 126).

Os quilombos eram núcleos humanos com grandes quantidades de habitações. A origem do conceito é africana, dos bantos, que não é algo estático no tempo (NASCIMENTO, 1981, 1987), mas uma estrutura social, em que sujeitos africanos e crioulos (brasileiros) “(...) possam ter tido ocasiões de estabelecer grupos novos baseados em novas relações”. (NASCIMENTO, 1976, p. 71).

(...) existem lapsos em termos de análise deste fenômeno em toda a historiografia brasileira. Este lapso de conhecimento da história do negro no Brasil e da própria História do Brasil, provoca uma ruptura dos negros com o seu passado, agravando o desconhecimento de sua condição hodierna. (NASCIMENTO, 1981, p. 211)

Há dificuldade em determinar esta forma de organização social como uma categoria. “(...) a grande dificuldade mesmo é estabelecer num período de longa duração na história e várias regiões do Brasil o mesmo tipo de... estabelecer uma estrutura só para todos esses quilombos que existiram em várias épocas no Brasil” (NASCIMENTO, 1977, p. 133)

Beatriz Nascimento busca explicitar de maneira aprofundada o conceito de quilombo diante de sua variedade de momento histórico e especificidades regionais. “Como explicitar esse processo de continuidade no passado e sua projeção no presente” (NASCIMENTO, 1981b, p. 225). O estudo do quilombo por meio da documentação da repressão acarreta a necessidade de buscar outros métodos.

Por exemplo, da antropologia, para entender como é que essa história continua, como é que esses homens se portaram a partir desse corte histórico que não foram esses homens que fizeram, mas sim todo um processo jurídico do país, nem econômico, jurídico somente. (NASCIMENTO, 1977 p. 138-139)

### **Generalização do termo Quilombo.**

Uma consulta ao Conselho Ultramarino, de 2 de dezembro de 1740, define quilombo ou mocambo como “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco em parte desprovida, ainda que não tenha ranchos levantados nem achem pilões neles”. (NASCIMENTO, 1976, p. 68). Beatriz Nascimento identifica algumas problemáticas nesta definição, já que ocorre uma generalização ao definir quilombos ou mocambos como praticamente qualquer agrupamento de negros.

Entretanto, Palmares e muitos outros quilombos, entre Sergipe e Minas Gerais, possuíam cerca de vinte mil homens. Não se pode entender da mesma forma, enquanto grupo social, cinco fujões e vinte mil. Mas as dificuldades e passividades da literatura sobre quilombos permitem que este mal-entendido permaneça mergulhado no seu obscurantismo preconceituoso (NASCIMENTO, 1976, p.73).

A interpretação preconceituosa dificulta a visão mais precisa sobre o que é o quilombo e os seus correlatos históricos. “É corrente na documentação oficial denominar quilombo a qualquer agrupamentos de negros, inclusive comunidades onde claramente se vê sua constituição religiosa” (NASCIMENTO, 1976, p. 73)

É preciso estar atento no contexto histórico de documentos oficiais como a Consulta do Conselho Ultramarino de 1740, esta produção está localizada em “um período em que a proliferação dos quilombos ameaçavam fundamentalmente a economia colonial.” (NASCIMENTO, 1981b, p. 224). A documentação que proíbe o agrupamento de negros evidencia a existência de um medo constante de negros organizados na sociedade colonial-escravista.

A fixação do conceito de quilombo nas posturas legislativas das capitanias brasileiras, através da Consulta do Conselho Ultramarino Português, é, antes de tudo, a demonstração do perigo concreto que representava os quilombos, ou melhor dizendo, o perigo concreto que o negro, seja escravo, o fugido ou o livre, representava para a manutenção do controle sobre a colônia por parte dos interesses metropolitanos. (NASCIMENTO, 1981b, p. 225)

Embora o sistema colonial tenha dito que é quilombo a partir de cinco negros fugidos, podemos inferir que entre cinco negros e vinte mil negros existe uma diferença. (NASCIMENTO, 1977, p. 126-127). Sendo o quilombo qualquer agrupamento negro, revela-se o medo da aglutinação de grupos negros na sociedade colonial.

Nascimento (1981) evidencia que a bibliografia especializada sobre quilombo de sua época é pouca numerosa, parte do método de análise descritiva e, predominantemente, trata do quilombo de Palmares. Para a historiadora ocorre uma generalização do termo quilombo com base nestes “semi-estados” no século XVII, contudo, “durante todo o regime escravista os “quilombos” posteriores, em grande número, não obedecem exatamente o mesmo tipo de organização encontrada naqueles do século XVII.” (NASCIMENTO, 1981, p. 212).

### **Quilombo reação negativa à opressão**

Beatriz Nascimento (1977) critica a historiografia moderna que compreende o quilombo como uma reação negativa a escravização, pois este estabelecimento não pode ser compreendido somente como uma luta, mas como uma tentativa de homens manterem sua autonomia cultural e racial.

Para a historiadora é uma interpretação estereotipada ao reduzir o quilombo a um refúgio no sentido depreciativo, como verbete do dicionário de língua portuguesa, escrito por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, que define o quilombo como “Valha-couto de escravos fugidos”. (NASCIMENTO, 1976, p. 68). O mesmo verbete também afirma “Quilombo do quimbundo União” e a historiadora questiona: “União de que, União entre o que?” (NASCIMENTO, 1976, p. 68).

A contradição desta definição de quilombo como valhacouto de escravizados fugidos, no sentido de refúgio e, ao mesmo tempo, é uma palavra do quimbundo que significa união. Então esta palavra “união” está perdida na definição. Evidencia o lapso de conhecimento histórico.

Documentos como a Consulta do Conselho Ultramarino Português ou o verbete do dicionário Aurélio apresentam “uma visão estereotipada do que foi ou ainda é na realidade um “quilombo” (NASCIMENTO, 1976, p. 68). Existem dois problemas fundamentais nestas interpretações: a primeira é compreender o quilombo como qualquer agrupamento negro e a segunda entendê-lo como forma de ação que somente busca negar o escravismo colonial.

O quilombo é uma “condição social” e não pode ser somente resumido ao militarismo. A marca própria do quilombo é ser um “agrupamento de negros”, empreendido pelo negro. O indígena negado pela cultura brasileira, é aceito dentro desta estrutura (NASCIMENTO, 1977, p. 126).

### **A fuga revista**

Beatriz Nascimento identifica uma contradição na literatura da sua época especializada em quilombo, pois a fuga é colocada como uma necessidade dos negros negarem o sistema colonialista escravista. “Mas existiam outras formas bem mais contundentes, dos ex-escravos se negar ao regime de opressão. Existiu abortos, suicídios, assassínios de senhores e até mesmo de toda a sua descendência” (NASCIMENTO, 1976, p. 68). Vejamos que a fuga não é só para negar escravização, mas diante das condições históricas e sociais esta era a única alternativa.

(...) o fato que determina a fuga é a pobreza de recursos à qual qualquer grupo de homens escravos está submetido. Ela vai promover a ausência de condições para que eles se armem satisfatoriamente a fim de empreender uma guerra aberta na qual se embata o senhor e a nova ordem insurgente. A fuga leva em consideração, também, as condições geográficas que possibilitam a obscuridade das matas. É, portanto, a forma de reação primeiramente escolhida e largamente usada para iniciar uma nova ordem realmente autônoma.” (NASCIMENTO, 1976, p. 72)

A designação “negro fujão” não é criticada pela literatura especializada. E continua se perpetuando, como Edison Carneiro, que “transmite esta designação preconceituosa ao sugerir que quilombo, por recorrer à fuga, é uma forma negativa de luta” (NASCIMENTO, 1975, p. 73).

E muito menos podemos relacionar a fuga com três interpretações equivocadas da literatura especializada sobre quilombo. O retorno à “situação tribal”, a idealização da liberdade pela Revolução Francesa, ou mesmo o quilombo a partir de princípios marxistas e, desta forma, sem logro, porque não conseguiu a tomada do poder. A liberdade como ideal, “(...) é um vício de interpretação dos estudiosos, ou simples relatores que estão sempre em busca de uma correlação histórica entre a realidade brasileira e a europeia.” (NASCIMENTO, 1976, p. 74)

A historiadora evidencia que para a historiografia o quilombo não teve êxito político porque não conseguiu tomar o poder. Em contrapartida, argumenta que “o quilombo não se preocupava especificamente com a tomada do poder, mas sim com a organização em e a manutenção da sua estrutura original.” (NASCIMENTO, 1977, p. 130)

A fuga é um programa dentro da inauguração de um novo núcleo social. A fuga não tem a ver com uma vida ociosa na mata, ou com saudosismo da pátria antiga e numa liberdade idealizada. A fuga é consciente. (NASCIMENTO, 1976, p. 74) “Longe de ser espontaneísmo ou movido por incapacidade para lutar, é, antes de mais nada, a decorrência de todo um processo de reorganização e contestação da ordem estabelecida. (NASCIMENTO, 1976, p. 73)

A historiadora descaracteriza o caráter negativista; pitoresco e mistificante da fuga, que “surge como decorrência de um processo iniciado na fazenda ou lugares onde se encontravam grupos de homens trabalhando sob o regime escravista.” (NASCIMENTO, 1976, p. 74)

Talvez tenha sido por isso que, embora o quilombo fosse um dos elementos fortes da formação da sociedade dos brasileiros vencidos, não tenha se prestado ao movimento romântico

literário do século passado como foram as resistências do índio brasileiro. (NASCIMENTO, 1976, p. 74)

### **A paz quilombola**

Existe um vício de interpretação da literatura especializada, na qual o quilombo é apresentado a partir das rebeliões e insurreições, ou mesmo pela sua repressão. A importância do quilombo é medida pelo envolvimento com acontecimentos históricos considerados significativos para a historiografia oficial (NASCIMENTO, 1981, p. 212). E o exemplo do Quilombo de Palmares no XVII colocado como pano de fundo para a invasão holandesa.

O que os documentos oficiais nos legam é justamente o registro deste momento em que o quilombo entra em guerra com a ordem oficial. O que há antes, durante ou depois, é muitas vezes sonogado. Mas mesmo nesses registros, mesmo na bibliografia, surge o relato do quilombo existindo como núcleo organizado, que desenvolve relações sociais intrínsecas, assim como relações econômicas sociais em regiões vizinhas. É certo que grande parte da literatura se ocupa em discorrer sobre *razzias*, ataque físicos, queima de fazendas, roubo de gado, etc., que os quilombolas empreendem nas circunvizinhanças dos quilombos. Mas também é certo que há referência onde se cultiva variedade de produtos, os quais são trocados com alguns outros vizinhos, inclusive fazendas; há criação de animais domésticos, há o fabrico de ferramentas que também vão se tornar produtos (meio de produção) de relações econômicas com os vizinhos. (NASCIMENTO, 1976, p. 76)

É a face do quilombo como núcleo organizado que Beatriz Nascimento se interessa por estudar. Para ela o quilombo não é simplesmente um movimento reativo, mas sim uma inauguração de um novo núcleo social. “A História do povo negro só é vista como tal se tiver sido marcada por acontecimentos significantes da História da civilização ocidental” (NASCIMENTO, 1994, p. 274)

Desta forma, associar esta organização social somente à guerra e insurreição, favorece a narrativa de eternos vencidos torna-se pernicioso para nossa consciência que foi construída como eternos vencidos.

Isso deixa para nossa concepção, para nossa consciência atual, uma posição de nós negros como se fossemos os eternos vencidos por toda uma estrutura de dominação que se perdura até hoje, mas trazendo à luz atualmente o quilombo como organização autônoma, onde ela se mantinha independente da guerra, independente da luta, quer dizer, a gente só conhece o quilombo através da documentação oficial, justamente a documentação da repressão, quer dizer, só o registro da história branca é que nós diz o que é o quilombo; então, trazendo a perspectiva do quilombo vencido, nós ficamos sendo os fugimos vencidos ou os escravos vencidos e isso em termo de psicologia social para o grupo do negro atual é muito pernicioso. (NASCIMENTO, 1977, p.130)

Contudo, devido ao caráter produtivo e comercial desta estrutura social, Nascimento (1976) se interessa em estudar o período, “entre um ataque e outro da repressão oficial ele se mantém ora retroagindo, ora se reproduzindo.” (p. 76). Chamará esse momento de “paz quilombola”, que pode ter longa duração, e que ainda não é estudado.

(...) meu estudo do quilombo se prende a essa perspectiva de organização social do quilombo, uma organização social que tinha uma economia própria que tinha relações próprias e que fundamentalmente era não só uma necessidade de resistência cultural, mas também de resistência racial do negro (NASCIMENTO, 1977, p. 129)

O quilombo como estado negro, e suas relações sociais e comerciais, inclusive do quilombo entre não negros. “O reduto de homens livres, se relacionando com os outros homens livres ou não da sociedade brasileira, é que merece o esforço de interpretação que gostaríamos de empreender.”(NASCIMENTO, 1975/1976?p. 77)

(...) em busca do padrão de relação racial brasileiro que para nós foi insuficientemente estudado, justamente por ter sido o quilombo relegado a plano secundário, e mais ainda por só ser entendido enquanto foco de rebelião e insurreição. Isto para nós é a exceção da vida do quilombo. Sua tônica são estes últimos fatores que simplificarmente tentamos resumir, fatores que estão situados no tempo que chamamos de “paz quilombola”. Embora possa coincidir com a guerra do quilombo, é nela que este modelo de estrutura social se perpetua como História do Brasil e do negro dentro desta última. (p. 79)

## **Quilombos século XX**

A partir dos estudos de Beatriz Nascimento, buscamos evidenciar o outro lado histórico do quilombo que é o da organização social. A fuga então é vista como processo de inauguração de um novo núcleo organizado. A historiadora realiza uma crítica historiográfica às interpretações que generalizam o conceito quilombo como apenas um refúgio de negros fugidos, ou o quilombo como uma reação negativa à opressão.

A hipótese de Nascimento (1976) é o quilombo como tentativa vitoriosa, mas não do princípio de liberdade idealizada. “Vivendo ainda sob o regime escravista oficial, o quilombo ou seus correlatos são tentativas vitoriosas de reação ideológica, social, político-militar, sem nenhum romantismo irresponsável” (NASCIMENTO, 1976,p. 74) Depreciações do quilombo como refúgio de negros fujões evidencia uma construção histórica mistificante.

O quilombo não é como a historiografia tem tentado traduzir, simplesmente um reduto de negros fugidos, simplesmente a fuga pelo fato dos castigos corporais, pelo fato de os negros existirem a tentativa dentro de uma sociedade opressora, mas também a tentativa de independência de homens que procuram por si só estabelecer uma vida para si, uma organização social para si. (NASCIMENTO, 1977, p. 129)

Essa procura de independência, de autonomia, para construir uma organização é o que marca o quilombo. Beatriz Nascimento (1977) aponta que a construção histórica em que o quilombo deixa de existir com a abolição é um gigantesco erro. Ao realizar a pesquisa no arquivo nacional, com José Honório Rodrigues, consta que nos territórios que hoje são favela ou ex-favela existia, antigamente, milhares de quilombos. Ocorre a continuidade desta organização social, embora não se tenha mais oficialmente o sistema de opressão para resistir, mas “justamente por ter sido concretamente durante três séculos uma instituição livre e paralela ao sistema dominante, sua mística passa a alimentar os anseios de liberdade da consciência nacional” (NASCIMENTO, 1994b, p. 289-290).

Embora o quilombo sofra modificações ao longo da História, a principal característica que se mantém é a de ser uma organização social empreendida pelos negros, de uma forma contínua durante todo o tempo do escravismo negro colonial. (NASCIMENTO, 1977, p. 129) Como ocorre essa permanência histórica do quilombo, “sendo essa uma organização social, ela se projetou no século XX como uma forma de vida do negro e perdura até hoje” (NASCIMENTO, 1977, p. 129)

O quilombo continua no século XX como um “instrumento ideológico para a luta do negro”, diferente do passado da luta física. “É um instrumento de compreensão de que você, de que o homem negro, é um homem capaz como qualquer homem, que ele formou quilombos não somente por causa de castigos corporais” (NASCIMENTO, 1977, p. 131). Esse é justamente o objetivo do trabalho de Beatriz Nascimento em investigar historicamente estes núcleos do passado em relação com o presente, para encontrar a continuidade da História.

É trazer a luz essa capacidade do negro empreender uma organização social, de empreender uma vida própria deles, como cultura própria, com relações próprias e mostrar que hoje em dia talvez eles ainda tenham esse tipo de organização própria, de relações próprias, e um dos grandes trabalhos que ele tem que fazer seja realmente de se conscientizar dessa sua posição que ainda persiste ao nível das relações entre si e dos grupos negros. (NASCIMENTO, 1977, p. 130-131)

Está é a importância do quilombo para o grupo negro, a possibilidade de revermos nossa atuação histórica dentro do Brasil, “como homens capazes de ser livres e que realmente lutaram pela sua liberdade de todos os meios possíveis através da alforria e através da luta política, no final do século passado, pela abolição” (NASCIMENTO, 1977, p.131).

Acreditamos que Beatriz Nascimento é uma das primeiras intelectuais que consegue entender essa virada do conceito do quilombo histórico do XVI ao XIX, para o quilombo do XX. Após uma abolição tardia e a construção de um estado nacional moderno que ideologicamente e economicamente recusa a população negra e busca embranquecer com migrações europeias. “Não chega a

ser exagero afirmar que, entre 1888 e 1970, com raras exceções, o negro não pôde se expressar na luta pelo reconhecimento de sua participação social” (NASCIMENTO, 1985, p. 291) Algumas das exceções que se destacaram foram a imprensa negra, entre 1920 a 1950, a Frente Negra Brasileira, na década de 1930, e o Teatro Experimental do Negro, em 1940.

Então, é no contexto de 1970, um novo momento da militância afro-brasileira, em um momento que o Brasil estava mergulhado na ditadura civil militar, talvez por não oferecer um perigo imediato, não ocorreu repressão direta com estes agrupamentos negros. Esse movimento pautava a autoafirmação e a recuperação da identidade racial negra, o quilombo foi o elemento simbólico significativo para a trajetória do grupo (NASCIMENTO, 1985, p. 291). E a partir desse momento:

A utilização do termo quilombo passa a ter uma conotação basicamente ideológica, basicamente doutrinária, sentido de luta como se reconhecendo como homens, como se reconhecendo pessoas que realmente devem lutar por melhores condições de vida, porque merecem essas condições de vida na medida em que fazem parte dessa sociedade (p. 131-132).

Diante de tantos equívocos da literatura e dos documentos oficiais, Beatriz Nascimento (1977) considera que “o quilombo é uma coisa tão negra, tão própria nossa, tão compreensível para nós, que o homem branco, o dominar não conseguiu entender...” (p. 132)

Quilombo também passa a ser visto por nós como fortalecimento psíquico, possui uma importância fundamental como história do negro, “porque ele tem uma vida contínua dentro da História do Brasil” (p. 133).

A História e a cultura negra ainda são desconhecidas e não escritas, mas existem. Neste tópico fizemos o exercício de entender o Quilombo no seu sentido de grupo cultural, grupo histórico diferente do branco, desta forma, esta estrutura social realiza uma defesa cultural e racial do grupo negro, o Quilombo como um verdadeiro humanismo. (NASCIMENTO, 1977).

## INQUIETAÇÕES FINAIS...

A produção intelectual de Maria Beatriz Nascimento, ainda não é suficientemente conhecida e estudada, a invisibilização de intelectuais negras evidencia uma produção ideológica que não discute o problema de raça na História do Brasil de forma honesta. A obra da historiadora tem um vasto potencial para nós ajudar a compreender e escrever a História do grupo negro, a autora toma uma posição em assumir seus complexos para não mais aceitar a anulação e apropriação do sujeito negro na História do Brasil.

É genial para nós quando a historiadora diz “eu sou preta, penso e sinto assim.” E por que não? Quando um homem branco europeu diz que pensa e por isso existe, todo mundo não bateu palmas? Os estudos da autora possibilita o (a) negro (a) ser sujeito de sua História, ao partir de sua História viva, de seus sentimentos e pensamentos, sua escrita possibilita uma forma humana de representar e tratar o negro.

Ao mesmo tempo, o Quilombo torna-se para nós o símbolo do humanismo negro, sua capacidade de unir, resistir e reexistir em outra condição social que não seja escravizado. Trouxemos um pouco dessa discussão para evidenciar como a História do negro (a) brasileiro (a) ainda precisa ser escrita, nossos problemas não são do passado, o racismo é um problema do presente. Então precisamos partir das questões de nossa atualidade, e aí sim buscar a relação com o passado, e para isso nós negros (as) precisamos falar...

Este foi um trabalho difícil, a todo o momento nós negros somos incentivados a não falar, então que escrevemos mais sobre nossas inquietações como pretos e pretas brasileiras. O negro (a) no século XXI, toda vez que consegue se unir e falar por si próprio está na condição social de Quilombo.

### Referências Bibliográficas

BARRETO, Raquel. **Introdução**. 2018. In: Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Nós, afro-descendentes: história africana e afro-descendente na cultura brasileira**. p. 249- p. História da Educação do Negro e outras histórias/Organização: Jeruse Romão .Secretaria de Educação

Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Como trabalhar com raça em sociologia**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p.93-107, jan./jun. 2003.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma História do Homem Negro. In: RATTTS, Alex. Eu sou Atlântica: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 1974a, p. 93-98.

\_\_\_\_\_. Negro e racismo. In: RATTTS, Alex. Eu sou Atlântica: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 1974b, p. 98-102.

\_\_\_\_\_. Quilombos: mudança social ou conservantismo? 1976. In: Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018.

\_\_\_\_\_. Historiografia do Quilombo. 1977. In: Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018.

\_\_\_\_\_. Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas. 1981. In: Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018.

\_\_\_\_\_. Introdução ao conceito de Quilombo. 1987. In: Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018.

RATTTS, Alecsandro (Alex) J. P. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

ROSA, Allan da. **Pedagoginga, Autonomia e Mocambagem**. Rio de Janeiro, Ed. Aeroplano. 2013.

SANTOS, Joel Rufino. **A questão do negro na sala de aula**. Rio de Janeiro: Ed. GLOBAL, 2016.